


Análise da relação entre características das empresas e os *key audit matters* divulgados*

Catarina Ferreira¹

 <https://orcid.org/0000-0002-1533-1895>

E-mail: l44031@aln.iseg.ulisboa.pt

Ana Isabel Morais²

 <https://orcid.org/0000-0001-7251-6418>

E-mail: anamorais@iseg.ulisboa.pt

¹ Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, Portugal

² Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Advance/CSG, Lisboa, Portugal

Recebido em 06.11.2018 – Desk aceite em 05.12.2018 – 3ª versão aprovada em 26.06.2019 – *Ahead of print* em 14.10.2019

Editor Associado: Eliseu Martins

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é analisar se as particularidades das empresas auditadas influenciam o volume de *key audit matters* (KAMs). Como objetivos específicos, pretende-se identificar o número de KAMs divulgado pelas empresas brasileiras e analisar os principais fatores associados à sua divulgação. O estudo pretende contribuir para uma área de investigação ainda escassa que analisa os fatores que afetam a divulgação das KAMs e que, por isso, torna os relatórios dos auditores mais individualizados. Este estudo contribui para a compreensão dos principais assuntos de auditoria nas empresas brasileiras considerados relevantes pelos auditores, proporcionando evidência sobre fatores associados à sua divulgação. Este estudo é relevante para os organismos emissores de normas de auditoria e para os usuários da informação financeira. Para os emissores de normas de auditoria, este estudo é relevante porque identifica os fatores associados à divulgação das KAMs, permitindo confirmar que o novo modelo de relatório de auditoria contribuiu para sua despadronização. Finalmente, para os usuários da informação financeira, este estudo demonstra que a divulgação das KAM varia de empresa para empresa, contribuindo para a maior transparência do relatório de auditoria. Coletaram-se informações dos Relatórios de Auditoria e das Demonstrações Financeiras Consolidadas das 447 empresas brasileiras cotadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) relativas a 31 de dezembro de 2016, aplicando-se a regressão *ordinary least squares* (OLS) ao modelo definido. Os resultados evidenciam relação positiva entre o número de KAMs divulgadas e o auditor ser uma Big 4 e a complexidade da empresa auditada. Já os honorários e a opinião do auditor ser modificada demonstram relação negativa com o número de KAM. O artigo é relevante para as empresas, auditores e órgãos de regulação e supervisão, uma vez que identifica características das empresas que afetam a divulgação de KAM e que são determinantes para a não padronização do relatório do auditor.

Palavras-chave: *key audit matters*, determinantes da opinião auditoria, relatório auditor.

Endereço para correspondência

Catarina Ferreira

Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão

Rua Miguel Lupi, 1200-781

Lisboa – Portugal

* Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do projeto de financiamento com a Referência UID/SOC/04521/2019.



1. INTRODUÇÃO

A crise financeira internacional e o desenvolvimento do mercado financeiro brasileiro contribuíram para reforçar a importância de ter auditorias independentes às demonstrações financeiras realizadas com qualidade (Braunbeck, 2010). Segundo Lin e Hwang (2010), os auditores externos são responsáveis por expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras de modo a assegurar, razoavelmente, que elas refletem informação relevante e representam, fidedignamente, a situação financeira e os resultados apresentados pela empresa. Decorrente dessa análise resulta o relatório de auditoria. Contudo, seu formato tem sido criticado, uma vez que é considerado bastante padronizado e pouco informativo para seus usuários (Bédard, Gonthier-Besacrier & Schatt, 2014).

Nesse sentido, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) emitiu a *International Standard on Auditing* (ISA) 701 – Comunicação de Key Audit Matters (KAM), em janeiro de 2015 (IAASB, 2015). Esse novo capítulo no relatório de auditoria consiste na divulgação de áreas que, segundo o auditor, demonstrem ser críticas ao longo da sua análise e apresentem relevância para compreender o trabalho realizado por si, como também as demonstrações financeiras da empresa. Essa norma tem como objetivo conciliar o relatório de auditoria nos vários países e, ainda, possibilitar uma linguagem mais compreensível aos usuários das demonstrações financeiras (Matos, Santos, Rodrigues & Leite, 2018).

De acordo com Roxo (2016), a entrada em vigor da norma, além de tornar o relatório final de auditoria mais individualizado para a empresa auditada, proporcionará, também, maior informação sobre áreas de risco reportadas por meio de KAMs. A opinião emitida no relatório de auditoria pode ser influenciada por determinadas características, tanto da auditora como da entidade que será auditada. E é por meio da análise dessas características que se torna possível verificar certos determinantes de qualidade das auditorias (Braunbeck, 2010).

Semelhante a Pinto e Morais (2019), este artigo utiliza a teoria de Hogarth (1980) sobre a assimilação de informação no processo de julgamento e de decisão para identificar os fatores que influenciam o número de KAMs que os auditores divulgam. Conforme referido em Pinto e Morais (2019), no processo de divulgação de KAMs, os auditores podem usar a evitação ou o confronto. O uso de evitação significa que o auditor não divulgará uma KAM ou atrasará sua divulgação, e a expectativa é que ocorra evitação quando os auditores consideram que há menos responsabilidade associada aos efeitos de não divulgar uma KAM do que a divulgá-la. O uso de confrontação

significa que o auditor usa estratégias compensatórias expressas no modelo de utilidade esperado, nas quais o auditor é avesso ao risco. A divulgação de KAMs no relatório de auditoria é influenciada pelas consequências percebidas pelo auditor do *trade-off* econômico entre a probabilidade de ser exposto a litígios e a perda de reputação, por um lado, e o custo esperado de perder um cliente, por outro. Dessa forma, a expectativa é que as características das empresas auditadas e a relação entre as auditoras e as empresas auditadas sejam importantes impulsores do número de KAMs divulgado.

A amostra é composta por dados financeiros de 447 empresas brasileiras cotadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) no período de 31 de dezembro de 2016. Com relação à metodologia, primeiramente se fez a análise do relatório de auditoria, com o intuito de verificar o número de KAMs reportadas. Em seguida, para analisar a relação entre os principais determinantes e a divulgação de KAMs, estabeleceu-se uma variável dependente correspondente ao número de KAMs. No que diz respeito às variáveis independentes, essas foram definidas com base na literatura anterior sobre os determinantes dos honorários e da opinião dos auditores. As variáveis passam tanto por características da auditora (por exemplo, se a auditora pertence às Big 4, a opinião do auditor no relatório e os honorários cobrados pela auditora), como por características da empresa auditada. Estas denotam o setor que as empresas brasileiras integram, se demonstram risco de continuidade no ano em estudo, o número de segmentos apresentados e, por fim, os indicadores financeiros de rentabilidade e endividamento. Tendo as variáveis definidas, testou-se o modelo por meio da regressão *ordinary least squares* (OLS).

Na regressão linear, as variáveis de opinião do auditor, da auditora ser Big 4 e da complexidade da empresa auditada corroboram as hipóteses formuladas no estudo. Assim, os relatórios de auditoria de empresas mais complexas, auditadas por uma Big 4 e que apresentam, nesses relatórios, opiniões não modificadas, incluem um maior número de KAMs. Contudo, os resultados evidenciam, também, que, contrariamente à expectativa, quanto maior os honorários do auditor em relação ao total do ativo, menor o número de KAMs.

Este estudo é relevante pois contribui para identificar e verificar de que modo certas características da auditora e da empresa auditada podem influenciar o número de KAMs apresentado no relatório de auditoria. Nomeadamente, observa-se interesse em perceber quais os determinantes

na divulgação de KAMs para os usuários do relatório final de auditoria. As recentes alterações legislativas em matéria de auditoria, tal como o desenvolvimento do mercado e sistema financeiro do Brasil (Niyama, Costa, Dantas & Borges, 2013), evidenciam a importância da aplicação desse tema ao país. Tal interesse é demonstrado, também, pelo estudo de Cruz, Nardi, Figueira e Menezes da Silva (2018), que identifica a relação entre o conteúdo do novo relatório e o perfil das empresas auditadas e de auditoria. O presente estudo distingue-se do de Cruz et al. (2018)

por identificar fatores que determinam a divulgação de KAMs diferentes.

Este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. Após a introdução, são apresentados o enquadramento do estudo ao mercado brasileiro e, em seguida, a revisão de literatura, que se encontra subdividida pelas variáveis que originam as hipóteses a serem estudadas. Com relação ao quarto capítulo, são apresentadas a amostra do estudo, a metodologia aplicada e a discussão de resultados obtidos. Por fim, são apresentadas as conclusões.

2. ENQUADRAMENTO

O relatório de auditoria emitido baseia-se na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TA) n. 700 [Conselho Federal de Contabilidade (CFC), 2016b] aplicada à auditoria que se apresenta em conformidade com as normas internacionais emitidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC, 2017; Roxo, 2016).

Segundo Castro, Vasconcelos e Dantas (2017), a atenção para o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de auditoria (ISA) teve início em 2009. A partir dessa data, o país acompanhou a tendência internacional, aderindo às Normas Internacionais de Relatório Financeiro [*International Financial Reporting Standards* (IASB, 2018)]. Também a partir dessa data, a divulgação dos valores cobrados em honorários pela auditoria passou a ser obrigatória, com a Instrução da Comissão de Valores

Mobiliários n. 480/2009 (CVM, 2009). Tanto a crise no mercado financeiro brasileiro quanto as críticas à forma de divulgação do relatório de auditoria (Braunbeck, 2010) levaram à necessidade de reflexão sobre a qualidade do trabalho das auditorias independentes. Desse modo, em junho de 2016, entrou em vigor um conjunto de normas que constituem o Novo Relatório do Auditor Independente (NRA) (CFC, 2016b). Entre as normas emitidas, encontra-se a NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente (CFC, 2016a). Essa norma é reflexo da ISA 701. A introdução do NRA deveu-se à necessidade de prestação de informação relevante aos usuários das demonstrações financeiras, sendo assim de caráter obrigatório para as empresas cotadas em bolsa a partir de 31 de dezembro de 2016 (Tavares, 2017).

3. REVISÃO DA LITERATURA

O relatório de auditoria é elaborado de acordo com a opinião formada pelo auditor por meio da análise das demonstrações financeiras de uma empresa em determinado período. Posteriormente, o auditor realiza uma breve descrição das áreas auditadas e emite opinião quanto às demonstrações financeiras, isto é, uma opinião modificada ou não modificada (Carrington & Johed, 2014). Esses autores defendem, ainda, que o relatório de auditoria é um documento importante para a sociedade, pois é a partir desse que os usuários tomam decisões de investimento.

Cada vez mais o relatório financeiro apresenta-se sob pressão, não só por parte dos reguladores, mas também pelos investidores e imprensa. As críticas referem-se à forma, conteúdo e valor para os usuários (Church, Davis & McCracken, 2008; Mock et al., 2013; Smieliauskas, Craig & Amernic, 2008). Dessa forma, os usuários exigem um relatório com mais informação relativa à empresa, como também ao procedimento da auditoria. É também

importante salientar que alguns autores consideram que o relatório não é eficaz na comunicação de informações relevantes sobre a auditoria aos usuários (Gray, Turner, Coram & Mock, 2011; Vanstraelen, Schelleman, Meuwissen & Hofmann, 2012). A falha na comunicação remete para a *expectation gap* entre o auditor e os usuários do relatório, definida como a diferença entre os níveis de expectativa no desempenho previsto pelo auditor independente e pelo usuário das demonstrações financeiras. Segundo Sterzeck (2017), a existência dessa diferença cria ineficiências na comunicação, fazendo com que a tomada de decisão seja negativamente influenciada e ocorra a deterioração da confiança na profissão de auditoria.

Segundo o IAASB (2013), a forma padronizada do relatório tem sido uma preocupação, já que não responde às necessidades de informação dos usuários. Desse modo, o IAASB (2015) publicou a ISA 701 – Comunicação de Key Audit Matters (KAM). Essa norma introduz uma

nova seção no relatório de auditoria que consiste nos assuntos que o auditor considere mais significantes das demonstrações financeiras e nos quais despense maior tempo e atenção. Assim sendo, o auditor será inteiramente responsável por decidir que assuntos foram mais relevantes no período que analisou (Dogan & Arefaine, 2017). O objetivo da introdução de KAMs é transmitir informação do trabalho realizado por parte do auditor, ou seja, melhorar a comunicação do relatório de auditoria com seus usuários.

A comunicação de KAMs torna-se efetiva para as auditorias de demonstrações financeiras de períodos que encerram em ou após 31 de dezembro de 2016. Na nova seção do relatório de auditoria, intitulada *Key Audit Matters*, o auditor deve descrever cada KAM como também incluir a forma como é analisada na auditoria (IAASB, 2015).

Segundo o IAASB (2015), as KAMs resultarão em relatório de auditoria menos padronizado, transmitindo informação específica sobre a empresa e proporcionando transparência. Por essa razão, o IAASB não fornece exemplos de que KAMs devem ser comunicadas de modo a reduzir o risco de relatórios padronizados (Dogan & Arefaine, 2017). Esses autores salientam, ainda, que as mudanças no relatório permitem o aumento de transparência, uma vez que são divulgadas não só as áreas que necessitam de maior atenção, como também os riscos associados à empresa e à forma como esses são geridos.

As KAMs podem, assim, atrair a atenção dos usuários tornando as demonstrações financeiras mais relevantes (Orquin & Loose, 2013) ou até mesmo funcionarem como substitutas de outras divulgações (Christensen, Glover & Wolfe, 2014).

Um relatório de auditoria mais individualizado pode ter como consequência um esforço adicional do auditor (Carcello & Li, 2013; Roxo, 2016). Isto é, uma vez que é pedido ao auditor para elaborar declarações sobre áreas complexas (Öhman, 2007), esses podem aumentar os procedimentos e desenvolver processos de controle de qualidade, o que se traduz em custo adicional devido ao aumento de trabalho (Bédard et al., 2014). Consequentemente, esse esforço adicional pode resultar em aumento dos honorários de auditoria (Carcello & Li, 2013), bem como no atraso do relatório (Bédard et al., 2014). Em outras palavras, como é necessário um maior esforço total na auditoria, a introdução de KAMs pode levar ao aumento de espera do relatório (Knechel, Sharma & Sharma, 2012). Porém, Knechel et al. (2012) defendem que se o auditor realizar esse esforço com antecedência, não há razões para haver atrasos no seu relatório.

Certos autores apoiam que a introdução de KAMs não terá as consequências que se esperam, uma vez que

a informação fornecida já era conhecida ou esperada (Bédard et al., 2014), ou quando a informação é nova, não é transmitida de forma a criar diferenças para os usuários (Ball, 2013). Por essa razão, resultados anteriores demonstram que o novo relatório de auditoria tem um valor simbólico (Bédard et al., 2014; Church et al., 2008; Mock et al., 2013) e não reporta reação significativa por parte dos investidores (Minutti-Meza, Gutierrez, Tatum & Vulcheva, 2015).

Ao divulgar mais informação no relatório, o auditor deve ter em conta o dever de confidencialidade que se define pela “confidencialidade das informações adquiridas em relações profissionais e comerciais e não deve divulgar tais informações a terceiros sem a devida e específica autorização, a menos que haja um direito ou dever legal ou profissional de divulgar” (IFAC, 2006). Segundo Dogan e Arefaine (2017), esse fato contribui para aumentar o risco do auditor, uma vez que seus clientes revelam informação sensível e esses têm que ter atenção na divulgação de modo a não prejudicar a empresa auditada. A comunicação pelos auditores de informações que os clientes entendam que ultrapasse o dever de confidencialidade pode levar a efeitos negativos, nomeadamente a perda do cliente. Portanto, os auditores encontram-se impedidos de divulgar informação que não é conhecida devido ao risco de danificar a empresa. Segundo Vanstraelen, Schelleman, Imba e Ra (2011), os auditores estão dispostos a divulgar as informações adicionais exigidas pela KAM, desde que essas não ultrapassem o dever de confidencialidade. A opinião emitida pelo auditor pode ser afetada por uma série de determinantes categorizados como fatores de natureza financeira e não financeira (Caramanis & Spathis, 2006) e que podem estar relacionados com características da empresa auditada, características da auditora ou da relação entre a empresa auditada e a auditora. Esses determinantes procuram oferecer uma explicação para a opinião emitida pelo auditor (Ireland, 2003; Ye, Carson & Simnett, 2011).

3.1 Auditor

Uma das variáveis apontadas pela literatura como determinante da opinião de auditoria é a dimensão da auditora. Segundo diversos autores, as Big 4 proporcionam uma auditoria de maior qualidade (Francis & Yu, 2009; Krishnan, 2003). Isso pode ser justificado pelo investimento nos recursos humanos e financeiros, permitindo que essas auditoras tenham acesso a tecnologia avançada e, dessa forma, possam investir nos processos de auditoria (Simunic & Stein 1987). No que diz respeito à relação do auditor com o cliente, estudos anteriores verificaram que as Big 4 não comprometem sua independência (Carcello,

Hermanson & Huss, 2000) e que as empresas auditadas pelas Big 4 tendem a reportar informação financeira de modo mais conservador (DeAngelo, 1981; Raghunandan & Rama, 1995). Nesse sentido, verifica-se a existência de relação positiva entre as empresas auditadas pelas Big 4 e a emissão de uma opinião não qualificada. Essa relação é justificada pela capacidade de suportar a pressão dos clientes, identificando e relatando não conformidades (Camargo, 2012; Lai, 2013). Adicionalmente, tal como evidenciado na teoria de Dye (1993), auditoras que apresentem valores mais elevados de riqueza estão mais expostas a estar em risco, em caso de litígio ou de sanções regulamentares. Assim, a divulgação de KAM pode ser entendida como uma forma de os auditores comunicarem matérias que consideram relevantes sem, contudo, sujeitarem-se às consequências que a divulgação de reservas pode ter. Consequentemente, espera-se que exista maior número de KAMs reportadas pelas Big 4.

H_1 : existe associação positiva entre o fato de uma empresa ser auditada por uma Big 4 e o número de KAMs.

3.2 Honorários

Estudos anteriores demonstram que os honorários de auditoria podem estar positivamente associados ao risco percebido (Lyon, 2005). Yang (2018) conclui que honorários de auditoria estão positivamente relacionados com riscos financeiros, estratégicos e operacionais específicos da empresa. Estudos anteriores demonstram, também, que empresas em que existem deficiências relevantes no controle interno têm honorários de auditoria significativamente maiores (Hogan & Wilkins, 2008; Munsif, Raghunandan, Rama & Singhvi, 2011). É evidente que a realização de auditoria interna contribui para a diminuição dos honorários (Felix & Gramling, 2001). O nível de governança afeta o valor dos honorários dos serviços de auditoria a serem executados, tal como o número de horas estimadas para sua realização (Castro, Peleias & Silva, 2015). Desse modo, o auditor cobra honorários superiores ao cliente quando se verificam maiores riscos de governança (Bortolon, Sarlo & Santos, 2013). Estudos anteriores sustentam que maiores níveis de governança dependem mais da auditoria, pois exigem mais esforço por parte do auditor e obrigam melhor acompanhamento do cliente (Hallak & Silva, 2012; Yatim, Kent & Clarkson, 2006). Vários autores distinguem os honorários cobrados pelas Big 4 como honorários *premium* em relação às outras auditoras no mercado (Hallak & Silva, 2012; Palmrose, 1986), evidenciando a qualidade dos procedimentos praticados e também o fato de o mercado reagir favoravelmente quando o cliente é

auditado por uma auditora desse grupo (Lennox, 1999). Nesse contexto, a associação entre a divulgação de uma KAM e os honorários de auditoria pode ser positiva.

H_2 : existe associação positiva entre o valor dos honorários cobrados pelas auditoras e o número de KAMs.

3.3 Opinião do Auditor

Segundo as normas do CFC, o auditor deve formar sua opinião sobre se as demonstrações financeiras são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Para formar essa opinião, o auditor deve concluir se obteve segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. Caso o auditor conclua, com base na evidência de auditoria obtida, que as demonstrações financeiras apresentam distorções relevantes, ou caso não consiga obter evidência de auditoria suficiente e apropriada, ele deverá emitir uma opinião modificada. Estudos anteriores demonstram que perante as consequências que a emissão de uma opinião qualificada pode ter para os clientes, os auditores ficam com pouca margem para negociar com esses a conformidade das demonstrações financeiras com as normas contábilísticas (Cipriano, Hamilton & Vandervelde, 2017). Apesar de as reservas não poderem ser substituídas por KAMs (e vice-versa), as consequências de uma opinião qualificada podem levar os auditores a aproveitar as matérias relevantes de auditoria para descrever situações de maior risco para as empresas. Assim sendo, pode ser provável que o auditor, ao emitir uma opinião de não qualificação das demonstrações financeiras, apresente um maior número de KAMs reportadas.

H_3 : existe associação negativa entre a opinião do auditor e o número de KAMs.

3.4 Complexidade

É necessária uma variável que integre a complexidade da empresa de modo a compreender como essa se comporta com a introdução da norma em estudo. Essa variável explicativa é o número de segmentos reportados pela empresa no seu relatório financeiro, uma vez que estudos anteriores abordam as vantagens dessa forma de relato. Nomeadamente, a possibilidade de uma melhor percepção quanto aos riscos e oportunidades resulta na capacidade de influenciar os investidores na tomada de decisão (Berger & Hann, 2003). Consequentemente, o aumento da complexidade do cliente leva ao reforço da atenção do

auditor em que, quanto maior o número de segmentos da empresa, maior o número de KAMs esperadas.

H₄: existe associação positiva entre a complexidade da empresa auditada e o número de KAMs.

3.5 Risco de Continuidade

A incerteza relativa à capacidade de continuidade da empresa é considerada um determinante para a opinião formada pelo auditor. A avaliação da capacidade é feita por meio julgamento sobre a incerteza dos resultados futuros da empresa (Marques & Souza, 2017). O auditor, ao emitir uma opinião com risco de continuidade operacional, deve avaliar as consequências para seu cliente. Isto é, o auditor deve ponderar entre emitir uma opinião com risco de continuidade que não se verifique posteriormente (erro tipo I) ou não emitir essa opinião e o cliente falhar (erro tipo II) (Matsumura, Subramanyam & Tucker, 1997; Tucker, Matsumura & Subramanyam, 2003). Estudos anteriores revelam que os auditores estão mais dispostos a divulgar uma opinião com risco de continuidade quando a empresa em questão é menos lucrativa (Lee, Jiang & Anandarajan, 2005; Menon & Schwartz, 1987), revela níveis elevados de alavancagem (Raghunandan & Rama, 1995), apresenta liquidez reduzida (Menon & Schwartz, 1987; Raghunandan & Rama, 1995) e é de pequena dimensão (Mutchler, Hopwood & McKeown, 1997). O registo de perdas em anos consecutivos é também indicador para o auditor avaliar a capacidade de continuidade (Gallizo & Saladríguez, 2016), sendo que a incerteza em relação às estimativas do risco de falência da empresa aumenta a possibilidade de obter uma opinião com risco de continuidade operacional (Lennox & Kausar, 2017). Para proteger sua reputação e reduzir o risco de litigância, é provável que os auditores divulguem mais KAMs em empresas com maior risco de continuidade. Essas empresas tenderão a ver a sua informação financeira analisada pelos auditores de forma mais minuciosa. O aumento no esforço do auditor para reduzir sua responsabilidade tende a melhorar os procedimentos de auditoria e, portanto, a identificação de KAMs. Estudos anteriores demonstram, também, que os clientes das Big 4 têm menor tendência de receber uma opinião com risco de continuidade (Reichelt & Wang, 2010) devido a esses clientes estarem em melhores condições financeiras e apresentarem menor nível de manipulação (Becker, DeFond, Jiambalvo & Subramanyam, 1998; Francis, Michas & Yu, 2013).

Assim sendo, espera-se que a divulgação de uma opinião com risco de continuidade possa estar associada ao maior número de KAMs no relatório de auditoria da empresa.

H₅: existe associação positiva entre a existência de opinião ou ênfase de continuidade e o número de KAMs.

3.6 Rentabilidade Financeira

Zanchun, Chun e Jianming (2010) e Habib (2013) evidenciam que as empresas com maior nível de rentabilidade encontram-se associadas a uma melhor opinião de auditoria, pois não necessitam manipular as informações com a finalidade de agradar o mercado. Além disso, a rentabilidade é, em geral, associada à viabilidade futura. Portanto, as empresas mais rentáveis tendem a ter menos probabilidade de descumprimento e a receber um parecer de auditoria não modificado (Beasley, Carcello & Hermanson, 1999; Laitenen & Laitenen, 1998; Loebbecke, Eining, M. e Willingham, 1989), o que diminui o conflito entre o auditor e a empresa. Bellovary, Giacomino e Akers (2007) evidenciam, também, que a rentabilidade é um fator que explica a inclusão de uma opinião com risco de continuidade, isto é, quanto maior o nível de rentabilidade, menor a probabilidade de a empresa receber uma opinião com esse risco. Assim, é provável que auditores de empresas menos rentáveis, com maior risco operacional, sintam-se mais pressionados a divulgar KAMs de modo a assegurar sua independência. Prevemos uma associação negativa entre a rentabilidade das empresas e o número de KAMs divulgadas.

H₆: existe associação negativa entre rentabilidade da empresa auditada e o número de KAMs.

3.7 Endividamento Financeiro

Dopuch, Holthausen e Leftwich (1987) verificaram que características das empresas auditadas eram fundamentais para prever a emissão da opinião de auditoria, sendo a divulgação de prejuízos significativa na determinação dessa opinião. Estudos anteriores demonstram que empresas com prejuízos apresentam indícios de maior risco (Ireland, 2003; Ye et al., 2011) e, portanto, os auditores tendem a rever mais detalhadamente essa empresa, o que resulta em aumento de esforço por parte do auditor. Esse aumento do esforço do auditor para reduzir sua responsabilidade tende a melhorar os procedimentos de auditoria e, portanto, a identificação das KAMs.

Além disso, Chan e Walter (1996) evidenciam que empresas com valor elevado de endividamento apresentam maior risco financeiro. Nesse sentido, os auditores deverão ter atenção redobrada. Assim, espera-se que empresas com maior endividamento revelem maior número de KAMs.

H₇: existe associação positiva entre o nível de endividamento da empresa auditada e o número de KAMs.

4. ESTUDO EMPÍRICO

Este trabalho tem como finalidade identificar o número de KAMs divulgadas pelas empresas brasileiras e os principais fatores associados a essa divulgação.

4.1 Amostra

A amostra deste trabalho é composta pelas empresas brasileiras cotadas na BM&FBOVESPA. Coletaram-se os dados financeiros de 448 empresas, sendo excluídas aquelas que não apresentavam os dados necessários para

aferir as hipóteses formuladas anteriormente, levando à amostra final constituída de 447 empresas. Na Tabela 1 é apresentada a classificação das empresas por setor, seguindo a divisão atualmente utilizada pelo BM&FBOVESPA. Com relação aos dados, coletaram-se por meio da análise da informação dos Relatórios de Auditoria disponibilizados pelas empresas, tal como das Demonstrações Financeiras Consolidadas e respectivas Notas. A amostra do estudo corresponde a 2016, ano em que foi introduzida a comunicação de KAMs nos relatórios de auditoria.

Tabela 1

Descrição da amostra final

Segmento/setor	Empresas	
	(n)	(%)
Financeiro	119	27
Consumo cíclico	79	18
Consumo não cíclico	24	5
Utilidade pública	66	15
Saúde	18	4
Telecomunicações	6	1
Bens industriais	73	16
Materiais básicos	32	7
Petróleo, gás e biocombustível	11	2
Tecnologia de informação	7	2
Não classificado	12	3
Total	447	100

Fonte: *Elaborada pelos autores.*

Os setores de atividades mais representados na amostra são o financeiro, com 27% das entidades, o de consumo, com 23%, o de bens industriais, com 16%, e o de utilidade pública, com 15%.

4.2 Metodologia

Para atingir o primeiro objetivo do trabalho, procedeu-se à análise do relatório do auditor, de modo a identificar o número de KAMs divulgadas. Para concretização do

segundo objetivo (verificar os principais determinantes da divulgação de KAMs), definiu-se como variável dependente o número de KAMs. Com relação às variáveis independentes que explicam o modelo, definiram-se oito variáveis com base na revisão de literatura, que têm em conta não só as características da auditora, mas também da empresa auditada. Utilizou-se um modelo de regressão múltipla com objetivo de responder às hipóteses de investigação. É utilizado o método OLS definido da seguinte forma:

$$\begin{aligned}
 KAM = & \beta_0 + \beta_1 Audit + \beta_2 Honor + \beta_3 Modif + \beta_4 Segm + \beta_5 RC + \\
 & \beta_6 ROA + \beta_7 Endiv + \beta_8 Set_Finan + \beta_9 Set_CC + \beta_{10} Set_Cnc + \\
 & \beta_{11} Set_UP + \beta_{12} Set_Saúde + \beta_{13} Set_Tele + \beta_{14} Set_BI + \\
 & \beta_{15} Set_MB + \beta_{16} Set_Petr + \beta_{17} Set_TI + \varepsilon
 \end{aligned}$$

1

em que KAM é o número de KAMs presentes no relatório de auditoria final, Audit é o tipo de auditora que realizou esse relatório (assume o valor 1 quando a auditora é

uma Big 4 e 0 caso contrário), Honor são os honorários cobrados pelas auditoras (em reais) divididos pelo total do ativo, Modif é a opinião do relatório a ser modificada

(assume valor 1 quando o relatório é modificado e 0 caso contrário), Segm é o número de segmentos em que a linha de negócio da empresa auditada está dividida, RC é o risco de continuidade da empresa auditada (assume o valor 1 quando existe risco de continuidade no relatório de auditoria e 0 caso contrário), ROA é a rentabilidade financeira da empresa auditada, calculado por meio da fração do resultado líquido pelo ativo total em reais, Endiv é o grau de endividamento da empresa auditada, calculado pelo quociente entre o total do passivo e o total do ativo, em reais, Set_Finan é o setor financeiro, Set_CC é o setor de

consumo cíclico, Set_Cnc é o setor de consumo não cíclico, Set_UP é o setor de utilidade pública, Set_Saúde é o setor de saúde, Set_Tele é o setor de telecomunicações, Set_BI é o setor de bens industriais, Set_MB é o setor de materiais básicos, Set_Petr é o setor de petróleo, gás e biocombustíveis e Set_TI é o setor de tecnologia de informação.

4.3 Análise de Resultados

Na Tabela 2 estão apresentadas as estatísticas descritivas para a variável dependente e as variáveis independentes.

Tabela 2

Estatística descritiva das variáveis dependente e independentes

Variável	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Key audit matters (KAMs)	2,4359	1	1,5078	0	8
Auditor	0,7136	1	0,4526	0	1
Honorários	0,096	0,0002	0,0526	0,000	0,46
Opinião do auditor modificada	0,0538	0	0,2259	0	1
Setor financeiro	0,2662	0	0,4425	0	1
Setor consumo cíclico	0,1767	0	0,3819	0	1
Setor consumo não cíclico	0,0537	0	0,2257	0	1
Setor utilidade pública	0,1477	0	0,3552	0	1
Setor saúde	0,0403	0	0,1968	0	1
Setor telecomunicações	0,0134	0	0,1152	0	1
Setor bens industriais	0,1633	0	0,3701	0	1
Setor materiais básicos	0,0716	0	0,2581	0	1
Setor petróleo, gás e biocombustíveis	0,0246	0	0,1551	0	1
Setor tecnologia informação	0,0157	0	0,1243	0	1
Complexidade	1,639	1	1,7032	0	8
Risco de continuidade	0,1816	0	0,3859	0	1
Rentabilidade	-0,4817	0,0126	4,0639	-70,2482	4,5279
Endividamento	7,7385	0,6414	133,1524	0	2.802,4061

Fonte: *Elaborada pelos autores.*

A variável dependente evidencia um total de 1,084 KAMs reportadas referentes às empresas da amostra estudada. O valor médio nos relatórios de auditoria referentes ao período 2016 é de 2,436 KAMs por empresa, com desvio padrão de 1,508. Com relação ao valor médio de KAM por empresa noutros países, o Reino Unido demonstra uma média de 4,1 KAMs e a França e o Chipre de 2 KAMs nos relatórios de auditoria [Association of Chartered Certified Accountants (ACCA), 2018; Bédard et al., 2014]. A mediana aponta para uma KAM no relatório final e o número máximo de KAMs presentes nos relatórios é de oito. Em comparação com estudos anteriores (Vik & Walter, 2017), a Noruega apresenta o valor máximo de cinco KAMs e a Holanda de seis KAMs nos relatórios.

Com relação às variáveis independentes, a média do tipo de auditoria demonstra que 71,36% das empresas

cotadas em bolsa no Brasil são auditadas por Big 4. É também possível apurar que, em média, as Big 4 reportam 2,61 KAMs nos seus relatórios, enquanto as auditorias não Big 4 apresentam 1,95 KAMs. Já a variável opinião modificada demonstra que, em média, 5,38% das empresas cotadas em bolsa têm uma opinião modificada. A percentagem de KAMs reportadas para as empresas com emissão de uma opinião não modificada é de 2,95%. No que diz respeito ao risco de continuidade, o valor médio de empresas que apresentam esse risco é 18,16%.

O tipo de setor mais representativo na amostra deste trabalho é o financeiro, indicando a média de 26,62%. Isso significa que aproximadamente um quarto das empresas cotadas do Brasil faz parte do setor financeiro. Os setores de telecomunicações e de tecnologia de informação são os

que têm menor presença: respectivamente 1,34 e 1,56%, em média.

O valor médio dos honorários cobrados pelas auditoras em relação ao total do ativo é de 0,096, com desvio padrão 0,0526.

Sobre a complexidade das empresas da amostra em estudo, o número médio de segmentos é 1,639, tendo como desvio padrão 1,703. A mediana demonstra um segmento de negócio nas empresas auditadas. O valor mínimo de segmentos é 0, sendo que o valor máximo são 8 segmentos.

Com relação aos indicadores de desempenho financeiro, a rentabilidade financeira apresenta valor médio de -0,482, com desvio padrão de 4,064. O valor mínimo de rentabilidade é -70,248 e máximo é 4,528 e a mediana do valor de rentabilidade das empresas cotadas é 0,013. O valor médio dessa variável indica que a rentabilidade do ativo não é positiva, ou seja, as empresas estudadas não têm capacidade de gerar resultados com base nos seus ativos. Com relação ao indicador de endividamento, o valor médio da amostra é 7,739, com desvio padrão de

133,152. Ou seja, as empresas auditadas evidenciam a incapacidade de financiar seu ativo por recurso ao passivo. A mediana dessa variável é 0,641, tomando como valor mínimo 0 e máximo de 2.802,406. Nesse caso, o valor máximo aparenta ser um *outlier* do estudo.

Por meio da regressão linear múltipla, é possível verificar a relação da variável dependente do estudo com as restantes variáveis independentes, representada na Tabela 3. O modelo realizado tem capacidade de explicar a relação entre as variáveis e tem um coeficiente de determinação que indica que as variáveis independentes do modelo explicam 18,3% da variância da variável KAM.

Adicionalmente, efetuou-se o teste VIF (*variance inflation factors*) de forma a afastar a possibilidade de existência de multicolineariedade entre as variáveis independentes. Verificou-se que é improvável tal existência, uma vez que todos os valores são inferiores a 10 (resultados não tabelados), assim como todas as variáveis foram incluídas na regressão. Analisou-se, também, a heterocedasticidade, por meio do teste Breusch-Pagan-Gofrey, tendo-se concluído que não há heterocedasticidade.

Tabela 3

Resultados obtidos por meio da regressão linear

Variáveis	Sinal esperado	Coefficiente	p-valor
Auditor	+	0,131	2,663***
Honorários	+	-0,176	-3,086***
Opinião auditor	-	-0,164	-3,357***
Setor financeiro		0,157	1,231
Setor consumo cíclico		0,190	1,678*
Setor consumo não cíclico		0,076	0,973
Setor utilidade pública		0,238	2,221**
Setor saúde		0,051	0,727
Setor telecomunicações		0,006	0,104
Setor bens industriais		0,217	1,945*
Setor materiais básicos		0,168	1,966**
Setor petróleo, gás e biocombustíveis		0,160	2,584***
Setor tecnologia informação		0,099	1,755*
Complexidade	+	0,197	4,129***
Risco de continuidade	+	-0,018	-0,341
Rentabilidade	+	0,014	0,246
Endividamento	+	0,038	0,758
N		419	
R ²		0,162	
Teste F		5,844	< 0,0001
Multicolinearidade (<i>variance inflation fator</i> – VIF)		3,00	
Heterocedasticidade (Breusch-Pagan-Gofrey)		0,92	

*, **, *** = nível de significância de 10, 5 e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Para analisar a significância estatística individual das variáveis independentes do modelo, procedeu-se ao teste *t*. Assim, verifica-se que as variáveis do tipo de auditora, a opinião do auditor, os honorários e a complexidade da empresa têm *p*-valor inferior ao nível de significância. Logo, é possível rejeitar a hipótese nula e demonstrar a existência estatística que o coeficiente dessas variáveis é significativo para esse nível de significância. As variáveis risco de continuidade, endividamento e rentabilidade apresentam *p*-valor superior, e assim não vão rejeitar a hipótese nula. Isso significa, também, que se encontra evidência estatística que seus coeficientes não são significativos para um nível de significância de 10% e, conseqüentemente, aos restantes níveis.

As empresas mais complexas tendem a ter mais KAMs nos seus relatórios de auditoria. Existe, assim, associação positiva entre a complexidade da empresa e o número de KAMs, verificando-se a H_4 . Comprova-se, assim, que a divulgação de KAMs depende da complexidade da empresa auditada (Cordos & Fülöp, 2015; Cruz et al., 2018). Os resultados evidenciam que empresas auditadas pela Big 4 tendem a apresentar mais KAMs no relatório de auditoria. O coeficiente da variável auditor é positivo e estatisticamente significativo, corroborando-se, dessa forma, a H_1 , à semelhança do resultado apurado no estudo de Cruz et al. (2018). Por meio do coeficiente da opinião do auditor, negativo e estatisticamente significativo, é possível constatar que empresas com relatórios de auditoria nos quais a opinião do auditor é modificada apresentam menos KAMs, verificando-se a H_3 . No estudo de Cruz et al. (2018), a variável opinião de auditor não é estatisticamente significativa.

Contrariamente ao esperado, verifica-se que empresas cujo peso dos honorários sobre o total do ativo é maior apresentam menos KAMs. Rejeita-se, dessa forma, a

H_2 . Tal como explicado por Pinto e Morais (2019), esse resultado pode ser justificado pelo fato de a decisão do auditor em divulgar uma KAM poder ser uma escolha entre manter sua reputação e manter um certo nível de rendimento. DeAngelo (1981) aponta que os auditores são mais propensos a questionar sua independência em relação a clientes mais importantes. McKeown, Mutchler e Hopwood (1991) concluem que os clientes maiores aproveitam seu poder de argumentação e, conseqüentemente, são menos propensos a receber opinião qualificada. Reynolds e Francis (2000) investigam a influência de clientes de maior dimensão nas decisões de relatórios dos auditores e concluem que os fatores econômicos podem incentivar os auditores a concordar com as decisões dos clientes em termos de relatórios financeiros apenas para mantê-los como clientes.

Por último, e uma vez que as entidades do setor financeiro apresentam especificidades, regulação e supervisão diferentes de outros setores, verificou-se novamente o modelo de regressão, excluindo as entidades do setor financeiro. Os resultados (não tabelados) evidenciam que o coeficiente da variável complexidade continua positivo e estatisticamente significativo, indicando que as empresas mais complexas tendem a ter mais KAMs divulgadas no relatório de auditoria. A variável opinião do auditor continua a apresentar um coeficiente negativo e estatisticamente significativo, indicando que empresas com opiniões modificadas no relatório de auditoria tendem a ter menos KAMs nesse relatório. Os resultados são, no entanto, diferentes, face aos apresentados na Tabela 3, em dois aspetos: o primeiro, a variável auditor deixa de ser estatisticamente significativa; e a variável honorários sobre o total do ativo apresenta um coeficiente negativo, mas não estatisticamente significativo.

5. CONCLUSÕES

Este estudo tem como propósito identificar o número de KAMs reportadas para as empresas brasileiras cotadas e verificar quais os determinantes dessa divulgação. Nesse sentido, examinaram-se os relatórios de auditoria e demonstrações financeiras apresentados pelas empresas brasileiras cotadas em bolsa, de modo a coletar os dados necessários para, depois, realizar as estatísticas descritivas e aplicar métodos de regressão. Os resultados obtidos revelam que quando uma auditora Big 4 efetua o relatório final de auditoria, espera-se maior número de KAMs reportadas. Também, o aumento dos honorários cobrados por parte da auditora resultará em menor número de KAMs. Contudo, quando a opinião do auditor

é modificada, no relatório de auditoria são divulgadas menos KAMs. Com relação aos determinantes das características da empresa auditada, espera-se um maior número de KAMs quando a empresa é mais complexa.

Este estudo contribui para o aumento de literatura sobre a entrada em vigor da ISA 701 no presente relatório de auditoria, investigando a relação com características determinantes para a divulgação da opinião do auditor. Importante ressaltar o fato de a amostra ter como foco um período recente, ser mais abrangente que estudos anteriores (Tavares, 2017) e contemplar determinantes da divulgação de KAMs distintos de estudos anteriores (Cruz et al., 2018).

A principal limitação deste trabalho refere-se à amostra definida, pois tem em conta apenas as empresas brasileiras cotadas e, assim, cria a impossibilidade de comparar a

comunicação de KAMs com os determinantes de opinião em situações financeiras e econômicas distintas. Além disso, este estudo incide apenas no ano de 2016.

REFERÊNCIAS

- Association of Chartered Certified Accountants. (2018). *Key audit matters: Unlocking the secrets of the audit*. ACCA. Recuperado de <https://www.accaglobal.com/vn/en/professional-insights/global-profession/key-audit-matters.html>
- Ball, R. (2013). Accounting informs investors and earnings management is rife: Two questionable beliefs. *Accounting Horizons*, 27(4), 847-853.
- Beasley, M., Carcello, J., & Hermanson, D. (1999). *Fraudulent financial reporting: 1987-1997. An analysis of U.S. public companies*. New York, NY: COSO.
- Becker, C., DeFond, M., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15(1), 1-24.
- Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014). *Costs and benefits of reporting key audit matters in the audit report: The French experience*. International Symposium on Audit Research. Recuperado de http://www.isarhq.org/2014_downloads/papers/ISAR2014_Bedard_Besacier_Schatt.pdf
- Bellovary, J., Giacomino, D., & Akers, M. (2007). A review of bankruptcy prediction studies: 1930 to present. *Journal of Financial Education*, 33, 1-42.
- Berger, P., & Hann, R. (2003). The impact of SFAS No. 131 on information and monitoring. *Journal of Accounting Research*, 41(2), 163-223.
- Bortolon, P., Sarlo, A., & Santos, T. (2013). Custos de auditoria e governança corporativa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(61), 27-36.
- Braunbeck, G. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Camargo, R. (2012). *Determinantes dos pareceres dos auditores independentes emitidos às companhias negociadas na BM&FBOVESPA* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Caramanis, C., & Spathis, C. (2006). Auditee and audit firm characteristics as determinants of audit qualifications: Evidence from the Athens stock exchange. *Managerial Auditing Journal*, 21(9), 905-920.
- Carcello, J., & Li, C. (2013). Costs and benefits of requiring an engagement partner signature: Recent experience in the United Kingdom. *The Accounting Review*, 88(5), 1511-1546.
- Carcello, J., Hermanson, D., & Huss, H. (2000). Going-concern opinions: The effects of partner compensation plans and client size. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19(1), 67-77.
- Carrington, T., & Johed, G. (2014). How the business press stabilizes and destabilizes notions of audit failure. The case of Intrum Justitia. In Pallas, J., Strannegård, L., & Jonsson, L. (Ed.), *Organizations and the media organizing in a mediatized world* (pp. 116-131). New York, NY: Routledge.
- Castro, R., Vasconcelos, J., & Dantas, J. (2017). Impactos das normas internacionais de auditoria nos relatórios dos auditores sobre as demonstrações financeiras dos bancos brasileiros. *Revista Ambiente Contábil*, 9(1), 1-20.
- Castro, W. Peleias, I., & Silva, G. (2015). Determinantes dos honorários de auditoria: um estudo nas empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 261-273.
- Chan, Y., & Walter, T. (1996). Qualified audit reports and costly contracting. *Asia Pacific Journal of Management*, 13(1), 37-63.
- Christensen, B., Glover S., & Wolfe C. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest? *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(4), 71-93.
- Church, B., Davis, S., & McCracken, S. (2008). The auditor's reporting model: A literature overview and research synthesis. *Accounting Horizons*, 22(1), 69-90.
- Cipriano, M., Hamilton, E., & Vandervelde, S. (2017). Has the lack of use of the qualified audit opinion turned it into the "Rotten Kid" threat? *Critical Perspectives on Accounting*, 47(1), 26-38.
- Comissão de Valores Mobiliários. (2009). Instrução CVM n. 480, de 7 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Recuperado de file:///C:/Users/User/Downloads/inst480.pdf.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016a). Norma Brasileira de Contabilidade n. 701, de 17 de junho de 2016. *Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente*. Recuperado de <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=325606>
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016b). Norma Brasileira de Contabilidade n. 700, de 17 de junho de 2016. *Dá nova redação à NBC TA 700 que dispõe sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis*. Recuperado de <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=325605>
- Cordos, G., & Fülöp, M. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of Key Audit Matters. *Accounting & Management Information Systems*, 14(1), 128-152.
- Cruz, A., Nardi, P., Figueira, L., & Menezes da Silva, R. (2018). *A relação entre o novo relatório do auditor independente e o perfil das empresas*. XV Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. Recuperado de <https://congressousp.fipecafi.org/anais/Anais2018/ArtigosDownload/781.pdf>
- DeAngelo, L. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.
- Dogan, B., & Arefaine, B. (2017). *The implementation of ISA 701 – Key audit matters: Empirical evidence on auditors adjustments in the new audit report* (Dissertação de Mestrado). Uppsala University, Uppsala.
- Dopuch, N., Holthausen, R., & Leftwich, R. (1987). Predicting audit qualifications with financial and market variables. *Accounting Review*, LXII(3), 431-454.

- Dye, R. (1993). Auditing standards, legal liabilities, and auditor wealth. *Journal of Political Economy*, 101(5), 887-914.
- Felix, W., Jr., & Gramling, A. (2001). The contribution of internal audit as a determinant of external audit fees and factors influencing this contribution. *Journal of Accounting Research*, 39(3), 513-534.
- Francis, J., & Yu, M. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review*, 84(5), 1521-1552.
- Francis, J., Michas, P., & Yu, M. (2013). Office size of Big 4 auditors and client restatements. *Contemporary Accounting Research*, 30(4), 1626-1661.
- Gallizo, J., & Saladríguez, R. (2016). An analysis of determinants of going concern audit opinion: Evidence from Spain stock exchange. *Intangible Capital*, 12(1), 1-16.
- Gray, G., Turner, J., Coram, P., & Mock, T. (2011). Perceptions and misperceptions regarding the unqualified auditor's report by financial statement preparers, users, and auditors. *Accounting Horizons*, 25(4), 659-684.
- Habib, A. (2013). A meta-analysis of the determinants of modified audit opinion decisions. *Managerial Auditing Journal*, 28(3), 184-216.
- Hallak, R., & Silva, A. (2012). Determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), 223-231.
- Hogan, C., & Wilkins, M. (2008). Evidence on the audit risk model: Do auditors increase audit fees in the presence of internal control deficiencies? *Contemporary Accounting Research*, 25(1), 219-242.
- Hogarth, R. (1980). *Judgement and choice: The psychology of decision*. New York, NY: John Wiley & Sons.
- International Accounting Standards Board. (2018). *International Financial Reporting Standards*. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/>
- International Auditing and Assurance Standard Board. (2013). *Exposure draft: Reporting on audited financial statements: proposed new and revised International Standards on Auditing (ISAs)*. New York, NY: International Federation of Accountants.
- International Auditing and Assurance Standards Board. (2015). *International Standard on Auditing (ISA) 701 (NEW), Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*. IAASB. Recuperado de <https://www.ifac.org/publications-resources/international-standard-auditing-isa-701-new-communicating-key-audit-matters-i>
- International Federation of Accountants. (2006). *Code of ethics for professional accountants*.
- International Federation of Accountants. (2017). *International Auditing and Assurance Standards Board, International Standards on Auditing*. Recuperado de <https://www.ifac.org/publications-resources>
- Ireland, J. (2003). An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK. *Journal of Business Finance & Accounting*, 30(7-8), 975-1016.
- Knechel, W., Sharma, D., & Sharma, V. (2012). Non-audit services and knowledge spillovers: Evidence from New Zealand. *Journal of Business Finance & Accounting*, 39(1), 60-81.
- Krishnan, G. (2003). Does Big 6 auditor industry expertise constrain earnings management? *Accounting Horizons*, 17(1), 1-16.
- Lai, K. (2013). Audit reporting of Big 4 versus non-Big 4 auditors: The case of ex-Andersen clients. *The International Journal of Accounting*, 48(4), 495-524.
- Laitinen, E. & Laitinen, T. (1998). Qualified audit reports in Finland: Evidence from large companies. *European Accounting Review*, 7(4), 639-653.
- Lee, P., Jiang, W., & Anandarajan, A. (2005). Going concern report modeling: A study of factors influencing the auditor's decision. *Journal of Forensic Accounting*, 6(1), 55-76.
- Lennox, C. S. (1999). Audit quality and auditor size: An evaluation of reputation and deep pockets hypotheses. *Journal of Business Finance & Accounting*, 26(7-8), 779-805.
- Lennox, C. S., & Kausar, A. (2017). Estimation risk and auditor conservatism. *Review of Accounting Studies*, 22(1), 185-216.
- Lin, J., & Hwang, M. (2010). Audit quality, corporate governance, and earnings management: A meta-analysis. *International Journal of Auditing*, 14(1), 57-77.
- Loebbecke, J., Eining, M., & Willingham, J. (1989). Auditor's experience with material irregularities: Frequency, nature, and detectability. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 9(1), 1-28.
- Lyon, J., & Maher, M. (2005). The importance of business risk in setting audit fees: Evidence from cases of client misconduct. *Journal of Accounting Research*, 43(1), 133-151.
- Marques, V., & Souza, M. (2017). Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do IBOVESPA. *Revista de Informação Contábil*, 11(4), 1-22.
- Matos, T., Santos, O., Rodrigues, A., & Leite, R. (2018). Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(77), 246-265.
- Matsumura, E., Subramanyam, K., & Tucker, R. (1997). Strategic auditor behavior and going-concern decisions. *Journal of Business Finance & Accounting*, 24(6), 727-758.
- McKeown, J., Mutchler, J., & Hopwood, W. (1991). Towards an explanation of auditor failure to modify the audit opinion of bankrupt companies [Suplemento]. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 1-13.
- Menon, K., & Schwartz, K. (1987). An empirical investigation of audit qualification decisions in the presence of going concern uncertainties. *Contemporary Accounting Research*, 3(2), 302-315.
- Minutti-Meza, M., Gutierrez, E., Tatum, K., & Vulcheva, M. (2015). *Consequences of changing the auditor's report: Early evidence from the UK*. Singapur Management University. Recuperado de https://accountancy.smu.edu.sg/sites/accountancy.smu.edu.sg/files/MiguelMinuttiMeza_paper_1.pdf

- Mock, T., Bédard, J., Coram, P., Davis, S., Espahbodi, R., & Warne, R. (2013). The audit reporting model: Current research synthesis and implications. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 32(1), 323-351.
- Munsif, V., Raghunandan, K., Rama, D., & Singhvi, M. (2011). Audit fees after remediation of internal control weaknesses. *Accounting Horizons*, 25(1), 87-105.
- Mutchler, J., Hopwood, W., & McKeown, J. (1997). The influence of contrary information and mitigating factors on audit opinion decisions on bankrupt companies. *Journal of Accounting Research*, 35(2), 295-310.
- Niyama, J., Costa, F., Dantas, J., & Borges, E. (2013). Evolução da regulação da auditoria independente no Brasil: análise crítica, a partir da teoria da regulação. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 4(2), 127-161.
- Öhman, P. (2007). *Perspective on audit: Thoughts, expectations and dilemma* (Tese de Doutorado). University Mid Sweden, Sundsvall.
- Orquin, J., & Loose, S. (2013). A review on eye movements in decision making. *Acta Psychologica*, 144(1), 190-206.
- Palmrose, Z. (1986). The effect of non-audit services on the pricing of audit services: Further evidence. *Journal of Accounting Research*, 24(2), 405-411.
- Pinto, I., & Morais, A. (2019). What matters in disclosures of key audit matters: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 30(2), 145-162.
- Raghunandan, K., & Rama, D. (1995). Audit reports for companies in financial distress: Before and after SAS No. 59. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 14(1), 50-63.
- Reichelt, K., & Wang, D. (2010). National and office-specific measures of auditor industry expertise and effects on audit quality. *Journal of Accounting Research*, 48(3), 647-686.
- Reynolds, J., & Francis, J. (2000). Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, 30(3), 375-400.
- Roxo, G. (2016). *Análise das alterações nas normas de auditoria à luz do novo relatório de auditoria independente* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Simunic, D., & Stein, M. (1987). *Product differentiation in auditing: Auditor choice in the market for unseasoned new issues*. Vancouver: Canadian Certified General Accountants Research Foundation.
- Smieliauskas, W., Craig, R., & Amernic, J. (2008). A proposal to replace 'true and fair view' with 'acceptable risk of material misstatement'. *A Journal of Accounting, Finance and Business Studies*, 44(3), 225-250.
- Sterzeck, G. (2017). *Audit expectation gap nos litígios das firmas de auditoria* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Tavares, L. C. (2017). *Novo relatório dos auditores independentes: um estudo sobre os principais assuntos de auditoria nas companhias listadas na BMF&FBOVESPA* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Tucker, R., Matsumura, E., & Subramanyam, K.R. (2003). Going-concern judgments: An experimental test of the self-fulfilling prophecy and forecast accuracy. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(5), 401-432.
- Vanstraelen, A., Schelleman, C., Imba, I., & Ra, R. (2011). *A framework for extended audit reporting*. Maastricht Accounting, Auditing and Information Management Research Center. Recuperado de https://www.accaglobal.com/content/dam/accaglobal/PDF-technical/audit-publications/extended_audit_reporting.pdf
- Vanstraelen, A., Schelleman, C., Meuwissen, R., & Hofmann, I. (2012). The audit reporting debate: Seemingly intractable problems and feasible solutions. *European Accounting Review*, 21(2), 193-215.
- Vik, C., & Walter, M. (2017). *The reporting practices of key audit matters in the Big five audit firms in Norway* (Dissertação de Mestrado). BI Norwegian Business School, Oslo.
- Yang, L., Brink, A., & Wier, B. (2018). The impact of emotional intelligence on auditor judgement. *International Journal of Auditing*, 22(1), 83-97.
- Yatim, P., Kent, P., & Clarkson, P. (2006). Governance structures, ethnicity, and audit fees of Malaysian listed firms. *Managerial Auditing Journal*, 21(7), 757-782.
- Ye, P., Carson, E., & Simnett, R. (2011). Threats to auditor independence: The impact of relationship and economic bonds. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 30(1), 121-148.
- Zanchun, X., Chun, C., & Jianming, Y. (2010). Abnormal audit fees and audit opinion. Further evidence from China's capital market. *China Journal of Accounting Research*, 3(1), 51-70.